

### BRASIL E EUROPA: A FORÇA DÉBIL DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Roberto Vecchi<sup>1</sup>

#### **Herança do nosso tempo**

É ao mesmo tempo muito fácil e muito difícil tentar encontrar uma definição – ou até, inclusive, um ícone com uma forte carga simbólica – que condense o complexo emaranhado de relações, sentimentos, vínculos, oposições, que marcam uma relação, fundadora por um lado, mas que por outro lado sofreu – e está sofrendo progressivamente – transformações substanciais como aquela entre Europa e Brasil. Poder-se-ia dizer que a Europa é parte constitutiva do longo, por sua vez complexamente decifrável e articulado, processo de formação do Brasil. Mas seria observação banal e já amplamente dissecada, em época de construção da modernidade cultural brasileira, que não acrescentaria nada da força crítica que pelo contrário esta relação implica e reproduz.

Talvez seja por isso oportuno previamente, antes de abordar o assunto do fortalecimento do diálogo que desenvolva a parceria do Instituto Brasil Europa, interrogar-se sobre o quiasmo essencial do que é o Brasil para a Europa e, particularmente, o que é a Europa para o Brasil. Não tanto para verificar como ainda existam estereótipos pelos dois lados – uma certa imagem primária do Brasil festivo, País eternamente do futuro, uma imagem sépia de uma Europa como herança oxidada de tradições já extintas – quanto para captar, de um ponto de

<sup>1</sup> Universidade de Bolonha.

vista crítico, a natureza e a consistência da relação que constitui a figura retórica opositiva do quiasmo, aquela que conjuga os dois mundos (com tempos e identidades irreduzíveis) e representa o elo problemático e polimórfico da combinação das duas partes, ao mesmo tempo seu elemento decisivo.

Antônio Cândido, numa definição clássica que condensa várias camadas de interpretações modernas do processo de formação do Brasil por parte dos grandes nomes fundadores em particular da década de 30, observa: “Na nossa cultura há uma ambiguidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas” (Cândido, 1980: 119).

O termo “herança cultural”, aproveitado por Cândido e associado a um problema não tanto de origem quanto de inícios (para continuarmos na vertente do discurso de Cândido com que estrutura o quadrante fundamental da *Formação da literatura brasileira*) é muito acertado e leva a reformular uma ideia alternativa de tradição. Situa-a na linha horizontal do presente, valorizando sua atualidade e seu funcionamento dentro o Brasil contemporâneo, embora assinalando as dificuldades (as “ambiguidades”) que se associam a estas complexas raízes identitárias. No seu entendimento, herança de fato não remete para uma ideia museificada ou relicial de permanência da cultura europeia, mas o próprio conceito acentua um processo inesgotável de transformação da imagem da Europa, numa outra imagem de que o Brasil já se apropriou, em particular nos anos seminais do Modernismo novecentista.

É oportuno lembrar aqui a contribuição relevante de Ernst Bloch e de seu artigo de 1935 (mas escrito em 1932) em que reconceitualiza a herança, inscrevendo-a justamente numa perspectiva de *Erbschaft dieser Zeit*, de “herança

do nosso tempo”, uma herança portanto atual. De fato, distanciando-se de uma ideia de homogeneidade ou de interpretação contemplativa e limitada da presença do passado no presente, o filósofo capta o caráter não sincrônico caracterizando o conceito de herança, de como ela se constitua como um tempo complexo, estruturado numa pluralidade de tempos, a partir de um *incipit* famoso da reflexão: “*Not all people exist in the same Now. They do so only externally, by virtue of the fact that they may all be seen today. But that does not mean that they are living at the same time with others*” (Bloch, 1977: 22).

A contemporaneidade-do-não-contemporâneo assim configurada (que se torna uma ferramenta conceitual importante para ler os processos culturais da “semiperiferia”, não só do Brasil, como ilustra Franco Moretti, 1994: 47) serve a Bloch também para mostrar que além do esquema hegeliano é possível encontrar espaços utópicos e de mudança e que, na reformulação de uma herança atual, da riqueza incompleta do passado é possível derivar uma “*additional revolutionary force*” (38) no Agora.

Como na imagem, dir-se-ia, a Europa pode ser posta em relação ao Brasil, a partir então não de uma simplificação dos processos representacionais que a caracterizam, com alguma figuras fortíssimas e vivas que ao mesmo tempo continuam influenciado a produção de uma imagem (só para citar um exemplo a ideia do Brasil que surge como “Fronteiras da Europa” ou como “periferia sem centro” – depois da perda de um baricentro metropolitano –, assim como Sérgio Buarque a estrutura, antes no artigo seminal “Corpo e alma do Brasil”, de 1935 – para mostrar aos não brasileiros uma “teoria de América” – e depois no celeberrimo capítulo exordial de *Raízes do Brasil*, de 1936) mas se transfere muito mais para o campo das forças que se associam à imagem.

Por isso, pensando de modo crítico na herança atual da Europa no Brasil talvez seja mais significativo não determo-nos só nos aspetos fenomenológicos do intercâmbio mas procurar repensar o intercâmbio a partir de uma *provincialização* da imagem da Europa que historicamente se sedimentou, ainda que de modo instável e variável, no Brasil. Inscreve-se este esforço na linha do que Dipesh Chakrabarty, no campo dos estudos pós-coloniais, sugere quanto ao processo de formação moderno da Ásia meridional em *Provincializing Europe* onde a Europa funciona como uma “figura imaginária”, articulada a partir de formas esquemáticas e estereotipais, que se localiza em outro contexto porque,

anota o crítico indiano, “é impossível pensar o fenômeno da nossa modernidade política – a presença de instituições modernas quais o Estado, a burocracia e a empresa capitalística – sem recorrer a categorias e conceitos que afundam suas raízes nas tradições intelectuais, e até teológicas, europeias” (Chakrabarty, 2004: 16). Uma declinação que de certo modo produz uma tensão fértil com o célebre modelo de Roberto Schwarz das “ideias fora do lugar” que, embora importantíssimo para interpretar processos locais de dinâmicas universalistas e oriundas da expansão (colonial, capitalista, moderna, etc.) do centro europeu, no entanto menos considera o caráter plástico que se associa à relocalização da ideia ou da cópia, ou seja, no ato criativo da leitura que pode ser, mais do que uma reprodução literal, uma tradução refundando o original.

Nesta perspectiva, portanto, o que emergiria seria não tanto a dimensão quantitativa do diálogo Europa-Brasil que, como sabemos, por questões históricas e geopolíticas, a partir do fim da Segunda Guerra mundial sofre uma brusca reformulação deslocando cultural e politicamente o eixo do Brasil mais para o lado americano do Atlântico, mas muito mais a relação que une as diferentes Europas que constituem a imagem, atual e marcada pela diferença, da Europa no Brasil.

É interessante, nesta perspectiva, para criar uma parceria forte e substancial, entre Europa e Brasil, qualificar o tipo de força que articularia a herança atual da Europa no Brasil e que modifica de maneira radical a ideia de tradição e substitui seu traço conservador com aquele transformador: a ideia de que a tradição é sempre uma inexaurível tradução. É uma força, esta que decorre da desconstrução do elo de relação (que convencionalmente se chamaria tradição) entre Europa e Brasil, que pela sua disseminação em múltiplos ângulos da cultura e das práticas sociais brasileiras não possui uma homogeneidade ou um centro mas se substancia pela sua dispersão. É uma força que se pode definir, oximoricamente, uma força débil, sem nenhuma conotação reducionista da figura retórica que a constitui.

Contribui a esclarecer a função desta força débil o pensamento do último Jacques Derrida, em particular preocupado em desconstruir o paradigma do poder soberano, um poder que, de acordo com ele, tem sempre a ver com um *phatasma*, em particular em antítese com outros paradigmas de certo modo dominantes no debate atual, como por exemplo aquele elaborado por Giorgio Agamben a partir da conexão entre soberania e biopolítica. Derrida elabora um novo pensamento político (no contexto das ameaças e das catástrofes do

começo do milênio) estruturado por volta da ideia de uma força débil ou uma força da debilidade, ou seja, sem poder mas não por isso desprovida de força. O filósofo franco-argelino aproveita para a redefinição dessa ideia chave uma famosa tese sobre o conceito de história de Walter Benjamin, a segunda, de acordo com a qual “a nós, como a cada geração que foi antes de nós, foi entregue uma *débil* força messiânica (*“eine schwache messianische Kraft”*), a que o passado tem direito. Este direito não se elude” (Benjamin, 1997: 23). Nesta rearticulação do conceito de poder, um poder do menos, esvaziado, mas não anulado, pode surgir uma metáfora conceitual interessante para repensar a relação entre o Brasil e a Europa, também fora das forças hegemônicas que dominam a nação e suas narrativas, que pode repautar outros modo para construir projetos euro-brasileiros “em-comum”, a partir de uma força mínima mas efetiva e afetiva, enterrada na herança do presente.

Pensar as relações entre Europa e Brasil, hoje, é interrogar-se sobre a potência cultural e não necessariamente só histórica que este “em comum” alternativo de certo modo implica. O que talvez permita superar aquela “ambiguidade fundamental” de que falava Cândido. E mostrar pelo contrário outros rumos possíveis que o Instituto Brasil–Europa é chamado, insistentemente, a pensar.

### **Arquivo comum**

Modificando os modos de percepção da “tradição” das relações entre Europa e Brasil, é possível pensar em novos caminhos e parcerias bilaterais. Seria aliás um tal exercício complexo se a perspectiva das relações se reduzisse ao plano exclusivamente da cooperação e do intercâmbio econômicos. Os dados do Organização Mundial do Comércio (OMC), neste sentido, mostram como no período 2000-2010 o intercâmbio comercial Brasil–União europeia sofreu uma contração, em medida variável, em todos os itens com a exceção dos hidrocarbonetos e os produtos minerários. Assim como seria abstrato pensar que as duas fases divergentes com que Brasil e Europa estão atravessando a crise internacional – um com um crescimento com tendências inclusivas, a outra com um processo de decrescimento com ameaças consideráveis a um patrimônio de direitos construído ao longo de muitas décadas – criaram paradoxais condições de novas simetrias e complementariedades. Justamente seria possível declinar, aqui e agora, o conceito de força débil, pensando que dois blocos, nacional e

transnacional, podem encontrar formas originais com que compensar os respectivos pontos críticos a partir de uma valorização de afinidades e convergências residuárias que têm marcado as singularidades históricas das duas partes.

Uma outra voz de um pensador europeu relevante – de língua portuguesa mas com uma projeção e um magistério efetivamente continentais – Eduardo Lourenço, autor de uma inexausta reflexão sobre a “crise europeia” de mais de seis décadas, aponta também para uma inversão do paradigma da Europa a partir de uma despotencialização da sua força histórica e simbólica.

Da sua prolongada interrogação, vale a pena citar um fragmento de um dos inúmeros ensaios sobre a Europa. Trata-se de um dos mais conhecidos e glosados de *A Europa desencantada*, “A Europa no imaginário português” (1992), onde o limite, o “fora” relacional, implicado também pelos próprios países europeus na perspectiva transnacional, emerge de modo muito claro:

Não foi apenas em termos políticos, mas em todos os outros que a nossa opção europeia – acaso inevitável e necessária – nunca ou pouco foi pensada como conviria que o tivesse sido. É este *não-pensado* da nossa aventura europeia que, de súbito, reaparece – e não só para nós, portugueses – sob figura preocupante, como é sempre a de todo o impensado, perturbando do interior a imagem da nossa *Europa euforizante*, aquela a que aderimos. (Lourenço, 2005a: 114)

O pensamento comunitário de Eduardo Lourenço (não só concentrado sobre a Europa), decorrendo de uma ampliação do limite do pensamento sobre o impensado fatural da história da Europa, se inscreve numa direção própria e simétrica ao problema acima esboçado. Discutindo por exemplo a identidade europeia como uma exceção labiríntica e plural numa chave antiessencialista e perplexa sobre os nacionalismos remanescentes, que projeta a comunidade continental num plano ideal e utópico, de existência abstrata, Eduardo Lourenço conclui afirmando que “uma utopia europeia assumida só é digna de ser vivida como vitória da Europa sobre a Europa, da ficção de si mesma que, consciente ou inconscientemente, tem condicionado o seu destino, contra a sua realidade. Em suma, do triunfo da sua *sublime não identidade* sobre os fantasmas da sua alucinada identidade” (Lourenço, 2005a: 240). No contraponto, a força é declinada como potência e não como ato, o conjunto comunitário é como despotencializado do ponto de vista histórico (enquanto obra) e repotencializado do ponto de vista cultural.

O sentido de um centro ou da prática dos estudos europeu no Brasil, decorrendo de uma reconceitualização que reposiciona tanto a Europa e o Brasil encontrando suas afinidades no lado menos iluminado de suas histórias (faltas, lacunas, desacertos, etc.), que se pode tornar matriz de novos modos de relacionamento bilateral. De certo modo, Europa e Brasil continuam presos numa imaginação do outro que se alimenta de superfícies às vezes especulares. A complexidade de funcionamento por exemplo da *Euro Bureaucracy* foge em larga parte à opinião pública brasileira não especializadas, assim como o Brasil continua ocupando na Europa uma posição predominantemente mais imaginária do que real, sobretudo a sua riqueza humana, geográfica, cultural é nivelada dentro de olhares convencionais e marcados por retóricas que remontam sempre ao problemas e às mitologias das “origens” (uma retórica edênica e outra de signo drasticamente oposto).

A reestruturação da relação a partir de uma força tênue vai valorizar sobretudo a dimensão do conhecimento sobre aquela de outros aspectos também relevantes do diálogo entre as duas partes. Poder-se-ia dizer que, nesta linha, a qualidade de uma renovada relação se afirmaria sobre fluxos de outra natureza. O conhecimento requerido para promover uma outra parceria não é aquele de uma grande narrativa. É pelo contrário a recuperação de saberes residuais ou menores, de fragmentos dispersos ou enterrados, de corpos discriminados, de vozes não hegemônicas. É uma política menor, aparentemente votada à atenuação, mas que encontra neste risco sua força de sobrevivência, que é própria do que Michel Foucault chama de genealogia e que funda um modo menos vistoso mas mais “efetivo” de repensar passados próprio e impróprios.

Aqui surge também do ponto de vista institucional, a exigência de um arquivo comum. Não uso aqui o conceito de arquivo no sentido do “a priori histórico” sempre foucaultiano, mas de modo mais imediato resgatando seu sentido etimológico (*archeion*) de edifício público, de espaço comum e aberto, capaz de construir, tanto na Europa como no Brasil, um acervo de práticas, saberes, narrativas não necessariamente hegemônicas, mas pelo contrário não relatadas e dispersas que sobrevivem precariamente como rastros ou sinais.

O que os *European Studies* no Brasil e os Estudos Brasileiros na Europa (para evidenciar também a dimensão interlinguística do diálogo), numa relação que se estrutura a partir de uma reciprocidade explicitada e desenterradas dos cúmulos indecifráveis de narrativas e passados, podem modificar o conhecimento dos dois lados e inovar

tanto o discurso europeu como o brasileiro a partir de um resgate de uma relação não da tradição, mas de ampla partilha de figuras e valores, visíveis ou desbotados, ao mesmo tempo próprios e do outro.

No fundo é a figura do quiasmo que deveria ser reformulada valorizando o “em comum” que há do Brasil na Europa e da Europa no Brasil. Um centro de estudos, portanto, se posicionaria numa posição terceira, intermediária e tradutória, entre as duas partes e seria chamado a valorizar por um lado os arquivos mas pelo outro também encontrar dialogicamente uma metodologia partilhada que permita valorizar plenamente o potencial do quiasmo em prol de uma maior coesão europeia e uma aceleração no crescimento com qualidade de inclusão social no Brasil.

### **Patrimônio e comunidades; uma perspectiva de pensamento**

Querendo procurar uma qualificação desta metodologia, poder-se-ia dizer que ela se articula diferencialmente através de uma perspectiva próxima, como se dizia, da ideia de genealogia que Foucault elabora proporcionando uma das grandes ferramentas críticas nos estudos culturais. Que a genealogia remeta para uma dimensão humana normalmente expungida da construção monumental e teleológica da história ou dentro das tradições erodidas do historicismo, é confirmado por uma das suas conhecidas definições que situam figural e eficazmente a genealogia, estando ela “na articulação do corpo e da história: deve mostrar o corpo todo gravado de história, e a história que devasta o corpo” (Foucault, 1977: 37). Por ela é possível elaborar uma “*wirkliche Histoire*”, uma história efetiva, (42) que introduz – valorizando-as – não poderes mas descontinuidades de poder, virando pelo

avesso o próprio sentido e intensidade da força: por isso encontra uma inscrição antes no corpo do que no logos.

Pensar nesta reconceitualização da relação Europa-Brasil contribui para re-situar (como a genealogia, aliás, supõe) os polos de discussão que podem reestruturar o diálogo entre as duas partes. No sentido que, mais do que temas ou disciplinas, é a dimensão anterior à construção de campos crítico que é afetada pelo processo. Transversalmente, portanto, é um corte Brasil–Europa impostado de acordo com os conceitos até agora delineados que determinará a pertinência não de saberes mas de posicionamentos em relação a dinâmica genealógica do projeto.

Deste ponto de vista, a lição que surge no Brasil, na época de modernização e cristalização de algumas das principais ideologias modernas do século XX, e se acompanha a uma poderosa capacidade de construção através do menos, por subtração ou a margem, secundando princípios construtivistas baseados no resto ou no resíduo – esta definição de campo evocará as raízes poéticas sobre as quais se estrutura este pensamento – nas lacunas, nas debilidades que se reorganizam em novas, não desfibradas mas vigorosas, figuras-outras que podem mostrar a Europa outros horizontes além da crise.

Sempre ficando aquém de qualquer redução temática e propondo uma casuística pelo contrário “paradigmática”, no sentido que proporcione um acesso lateral discreto aos macroproblemas do nosso presente, diria que os modos com que a comunidade é repensada pela cultura brasileira – inclusive no contraste histórico com o arquivo também trágico que a Europa soube produzir ao longo da sua história onde ideologias comunitárias proporcionaram a forma com que se praticaram as proteções negativas e as providências imunitárias de identificação excludente de grupos e territórios – criam

as condições de novas formas de “em-comum”, cruciais nos tempos ásperos de progressiva dissolução das certezas sociais europeias e da confiança no Estado-providência. Aqui se abre um eixo de colaboração e confronto úteis para o diálogo Brasil Europa pelas implicações teóricas mas também práticas que subentende.

O que fragilidade e vulnerabilidade expõem para Europa, assim como os projetos de modernização do Estado evidenciam tanto a Europa como ao Brasil, no contexto já globalizado contemporâneo, é a reconfiguração – a re-harmonização – de corpos sociais heterogêneos para deixar amadurecer uma ideia de cidadania que não seja parcial ou desorgânica em relação aos direitos mas capaz de exercer sua governância dentro de um quadro mais complexo e rico do exercício da soberania. O que está em jogo, aqui como em muitos outros contextos, é uma redefinição da ideia de comunidade – o que explica a disputa entre pelo menos duas Europas a que frequentemente se refere Eduardo Lourenço –, suspensa, de acordo com a revisão, crítica e antiessencialista, de Jean-Luc Nancy (depois articulada também por Giorgio Agamben e Roberto Esposito) entre um ser comum, uma identidade integral e nostálgica, que pressupõe a produção e a realização integral da sua própria essência enquanto obra, ou uma comunidade que não é o fantasma da comunidade perdida, mas é o que nos acontece, a partir da sociedade (da cidadania) com uma perda constitutiva da própria comunidade (Nancy, 1992: 37). A diferença desta articulação crítica reside no caráter permanentemente incompleto, não homogêneo, dinâmico, da ideia de comunidade; ela portanto não encontra seu princípio na construção, mas na incompletude, uma comunidade estruturada na falta, portanto *désœuvrée*, inoperosa, sem obra.

Isto abre o campo para o pensamento relevante sobre a Europa de Eduardo Lourenço para quem a Europa, inclusive na crise atual, é um campo reflexivo decisivo para a construção de um pensamento contemporâneo Lourenço aponta como potencial da Europa justamente o que uma análise geopolítica exclusivamente exterior criticaria, ou seja, para usar de novo a terminologia do filósofo português, sua “sublime não-identidade”, uma “sublime imperfeição”, uma “impotente lucidez”. É uma imagem de comunidade sem obra, débil, mas que, assumindo conscientemente sua debilidade, redesenha seu papel no mundo que é um papel negocial e de mediação, intermediário e dialógico, necessariamente votado para a procura de uma polifonia ou de um contraponto, para ficarmos no campo das metáforas musicais.

Não é um acaso que uma reconfiguração do projeto europeu a partir de um pensamento da força venha de uma pensador que é sobretudo um crítico literário.

Porque, e é essa uma perspectiva disjuntiva que gostaria de acrescentar, talvez seja na Literatura como campo do impossível que se torna possível (qual deveria ser, por definição a política) é só na superfície encrespada do texto literário que se torna possível reconfigurar o projeto de um desenho comunitário, exposto na sua vulnerabilidade e limites pelo espelho impiedoso das transformações demográficas (como as migrações) ou dos problemas sociais (como o envelhecimento) ou na relação entre mundo da técnica e sustentabilidade na gestão dos recursos, lembrando alguns dos tópicos chave do IBE.

A Europa e o Brasil tem, deste ponto de vista, um patrimônio único para aprofundar este tópico e a cultura brasileira possui um repositório único para pensar, dentro dos conflitos também violentos da modernidade, em comunidades débeis, em interculturalismos complexos mas que põem constantemente em discussão e desestruturam as identidades essencialistas (cito só como um exemplo relevante um conto de Guimarães Rosa, “Recado do morro” de *Corpo de Baile* mostrando uma comunidade possível e decisiva mas articulada fora da norma, nas margens, como alternativa às vieis institucionais).

Para finalizar, passando da teoria para a vida (o que marca o retorno à obra de Antônio Cândido) há uma pauta de possível trabalho para o IBE que decorre destas considerações sobre a Europa num dos seus máximos momentos críticos, com um envolvimento dos processos de reconstrução da cidadania no Brasil. O que o Brasil pode proporcionar de relevante também é como ancorar temas sociais referidos à sua experiência histórica (migrações, identidades, cidadania, direitos humanos, etc.) não só numa agenda mais ampla mas num planejamento estratégico que possa encontrar sínteses eficazes aos conflitos entre as Europas que se confrontam.

No fundo, Europa e Brasil podem encontrar neste terreno, da construção de um novo ser-em-comum, que rearticula fragilidades e fragmentos dentro de novas figuras da inclusão, modos próprios – efetivamente inter-nacionais – de renovar os direitos e fundar novas cidadanias, ao mesmo tempo complementares mas também alternativas daquelas impostas exclusivamente pelos mercados. É uma missão esta que merece ser tentada pelos dois lados, a Europa e o Brasil, que motiva plenamente o desenvolvimento crítico e aberto de um Instituto Brasil-Europa.

## Referências

- Agamben, Giorgio. *La comunità che viene*. Turim: Bollati Boringhieri, 2001
- Benjamin, Walter. *Sul concetto di storia*. Gianfranco Bonola e Michele Ranchetti (eds.) Turim: Einaudi, 1997
- Bloch Ernst. Nonsynchronism and the Obligation to Its Dialectics. In: *New German Critique*, nº 11, 1977, pp. 22-38
- Cândido, Antônio. Literatura e cultura de 1900 a 1945 (panorama para estrangeiros). In: *Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária*. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, pp. 109-138 (1ª ed. 1965)
- Chakrabarty, Dipesh. *Provincializzare l'Europa*. (tr. it.) Roma: Meltemi, 2004 (ed. orig. 2000)
- Esposito, Roberto. *Communitas. Origine e destino della comunità*. Turim: Einaudi, 1998
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984 (1ª ed. 1936)
- Foucault Michel. Nietzsche, la genealogia, la storia. In *Microfisica del potere*, tr.it. Giovanna Procacci, Pasquale Pasquino. Turim: Einaudi, 1977
- Lourenço Eduardo. *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia*. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 2005
- Moretti Franco. *Opere mondo. Saggio sulla forma epica dal Faust a Cent'anni di solitudine*. Turim: Einaudi, 1994
- Nancy Jean-Luc. *La comunità inoperosa*. Tr.it Moscati, Antonella. Nápoles: Cronopio, 1992. (ed. or. 1986 e 1990).